

O discurso parlamentarista

ELIANE CANTANHÊDE

BRÁSÍLIA — Vem aí a "emenda Isordil". Além de prever a implantação do parlamentarismo até 15 de março de 1991, ela admite a antecipação desse prazo para o primeiro ano de mandato do futuro presidente da República, em caso de crise institucional. "Se der enfarte, ou crise, o remédio estará à mão", explicou ontem a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), disposta a apresentar a emenda parlamentarista, amanhã ou na terça-feira, sob a expectativa de votação em plenário ainda nestes nove dias que antecedem o recesso do Congresso.

A nova investida parlamentarista, acoplada a uma outra emenda criando o voto distrital misto, está cercada de varinhas de condão que apressam o processo de tramitação e facilitam sua aprovação por, no mínimo, dois terços dos senadores e deputados. A principal mágica foi feita no novo regimento interno do Congresso: a votação será eletrônica, não nominal. Assim, quem acredita no "remédio" poderá votar secretamente, sem os riscos de retaliações partidárias. Por isso, estão sendo esperados dois importantes votos parlamentaristas no PDT de Leonel Brizola e pelo menos outros oito no PT de Lula.

Com onze candidatos e um favorito sem estrutura partidária ou sólido respaldo político, a sucessão presidencial é encarada como uma espécie de tiro no escuro, num país de instituições frágeis, recém-saído de mais de 20 anos de autoritarismo e às voltas com uma crônica crise econômica, às vésperas de se tornar aguda. O alvo, atemorizam os parlamentaristas, poderá ser a própria estabilidade democrática.

Excessivamente drástico como previsão, mas eficiente como argumento, esse alerta parece ter conquistado para o parlamentarismo alguns corações que bate-

ram presidencialismo na Constituinte. Aliás Sandra Cavalcanti jura que não são "alguns", mas 130 os que mudaram de voto a favor do novo sistema de governo. Entre esses, estão os monarquistas, pois uma das varinhas de condão do movimento parlamentarista foi a manutenção, no texto constitucional, de um plebiscito em 1993 para decidir sobre a forma de governo do país — monarquia ou república?

Sandra e o parlamentarismo já foram acusados de "fisiológicos", na época em que Brizola parecia quase inevitável como primeiro lugar de 15 de novembro. "Agora, ele não está mais na frente. Será que vão dizer que o parlamentarismo é anticollor?", ironiza ela, frisando que o novo sistema "não é contra ninguém, mas a favor de todos". E explica: qualquer candidato poderá fazer sua campanha sem representar "o medo do erro irreparável". Se houver algum erro, ou enfarte, o parlamentarismo estará logo ali, à mão, para evitar o pior.

Os parlamentaristas não têm cor ideológica, nem sequer partidária. Se a bandeira parecia do domínio das esquerdas, na Constituinte, agora é de domínio do público parlamentar e tem até o apoio de verdadeiros símbolos da direita, como o ex-prefeito Jânio Quadros e o presidente do PDS, Delfim Netto. Esse elenco difuso às vezes ajuda, mas às vezes atrapalha, a propagação da tese no Congresso.

Para os presidencialistas, cheira a "golpe". Para alguns parlamentaristas conformados com a derrota na Constituinte, cheira a "fisiologismo". Mas todos concordam que, se o movimento parlamentarista for realmente tão forte como diz Sandra Cavalcanti e a emenda for aprovada em plenário, vai ser, sem dúvida, uma revolução no processo sucessório. Vai redefinir alianças, discursos e campanhas. Vai acabar com mitos e fantasmas.